

A "DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 58" DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E AS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MOVIMENTOS POLÍTICOS DO CAMPO.

*Mabelle Bandoli*¹

Resumo: Discutimos aqui a concepção de desenvolvimento nacional formulada pelo Partido Comunista Brasileiro na “Declaração de Março de 1958. Nosso foco é a questão agrária, que era identificada com a ideia de atraso, de permanências arcaicas e feudais a ser removidas pelo desenvolvimento do país. Dessa forma, o camponês, o rural e a exploração agrícola são temas subordinados às questões colocadas pelo operariado urbano, entendendo o camponês como um sustentáculo que permitiria a “vitória da classe operária”.

Palavras-chave: Partido Comunista Brasileiro; movimentos sociais do campo; desenvolvimento nacional; esquerda no Brasil.

Resumen: Se discute el diseño de desarrollo nacional formulada por el Partido Comunista de Brasil en la "Declaración de marzo de 1958. Nuestro enfoque es el problema de la tierra, que se identifica con la idea de la demora, arcaico y estancias feudales que ser removidos por el desarrollo. Por lo tanto, el campesino, granja rural y están subordinados a las preguntas de los temas de la clase obrera urbana, la comprensión de los campesinos como un apoyo para permitir que la "victoria de la clase obrera."

Palavras-chave: Partido Comunista Brasileño; movimientos sociales del campo; desenvolvimiento nacional; izquierda en Brasil.

O Partido Comunista Brasileiro, desde sua origem, foi caracterizado por sua forte identificação com o meio urbano e industrial. Durante a maior parte da sua existência, o partido esteve condenado à ilegalidade, atuando clandestinamente e sofrendo, em não raras ocasiões, pesada perseguição da força repressiva do Estado e mesmo por setores da sociedade brasileira, que mergulhou no forte clima de anticomunismo

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais pela UFPR.

inaugurado pela Guerra Fria. No curto período em que viveu a experiência da legalidade (de novembro de 1945 a maio de 1947), o PCB chegou a tornar-se a maior organização comunista da América Latina. Foi então que o partido teve a possibilidade de debater amplamente os problemas da sociedade, inclusive o tema do campo - que desde 1927, sob influência da política da III Internacional, vinha aparecendo em algumas políticas e documentos do partido, mas de maneira muito incipiente. Foi nesse período de legalidade que os comunistas se lançaram mais fortemente no meio rural, impulsionando movimentos como a formação das primeiras “ligas camponesas”.

No período inaugurado pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o PCB sofre uma reorientação de sua atuação política. Em 1958, o Comitê Central do PCB apresenta um documento intitulado “Declaração Sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro” - que ficou conhecido como “Declaração de Março de 58” - no qual há uma guinada do Partido rumo “à via pacífica” construção da revolução. O Partido passou a se concentrar na atuação dentro dos marcos da legalidade, priorizando o trabalho sindical.

A “Declaração de março de 1958” foi um novo programa político, com análises e propostas que diferiam em muitos aspectos dos projetos revolucionários plasmados nos manifestos de 48 e 50 e na Resolução do IV Congresso do PCB.

O documento vê nos elementos do capitalismo industrial em desenvolvimento no país os traços de um progresso que corresponderia

aos interesses do proletariado e de todo o povo brasileiro, que sofreria mais com o atraso das estruturas sociais e econômicas do país do que com as próprias contradições inerentes ao sistema capitalista. Esse atraso seria proveniente de sobrevivências de um passado baseado no latifúndio e em relações “pré-capitalistas” de trabalho: o predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, na exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica do país e da dependência econômica em relação ao estrangeiro.

Em suas linhas, é descrito um cenário no qual estaria se processando um desenvolvimento capitalista industrial nacional, que seria o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Esse desenvolvimento “inelutável” do capitalismo consistiria no incremento das forças produtivas e na expansão de novas relações “mais avançadas” de produção. Com o crescente processo de industrialização do país e com a modernização da produção agrícola (principalmente com a introdução de mais maquinários e de uma técnica mais avançada), estaria surgindo e se fortalecendo um “capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista”, que daria conta de fazer surgir no cenário nacional as duas classes fundamentais – burguesia industrial e proletariado urbano – do sistema capitalista.

As chamadas “sobrevivências feudais” na agricultura e a dependência em relação ao imperialismo seriam elementos que obstaculizariam o pleno desenvolvimento da economia brasileira, o que por um lado, acentuaria a extrema desigualdade no desenvolvimento das

diferentes regiões do Brasil e, por outro, determinaria a reduzida taxa de acumulação capitalista no país, o que diminuiria o ritmo do progresso e influiria no baixo nível de vida da população. No entanto, o texto afirma que estaria em curso um processo democratizante irrefreável, que estaria se estendendo às zonas rurais “onde o tradicional despotismo dos grandes senhores de terra é obrigado a ceder terreno”. (Declaração Sobre a Política do PCB, documentos, 1980, p.9)

O principal motor deste processo, é claro seria o pleno desenvolvimento de uma economia industrializada e o crescimento dos centros urbanos. Todas essas modificações na situação econômica e política do país determinariam o caminho para a solução dos problemas da revolução brasileira. O país estaria submetido, naquela “etapa de sua história” a duas contradições fundamentais: a primeira consistiria na contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano; a segunda, entre as forças produtivas em desenvolvimento e a permanência das relações de produção semifeudais na agricultura.

Como o país ainda não havia entrado definitivamente na era do capitalismo industrial avançado, a contradição entre burguesia e proletariado ainda não estava plenamente desenvolvida, tomando um papel secundário naquela etapa construção da revolução brasileira. Como a revolução socialista só poderia ser protagonizada pelo proletariado urbano, era preciso garantir o desenvolvimento capitalista, removendo os traços de atraso que obstaculizariam seu caminho. Nos termos da Declaração:

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais *sob a direção do proletariado* [grifo nosso], as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira. (Idem, p.13).

A teoria do caráter “semifeudal e semi-escravista” da sociedade brasileira embasava uma política de conciliação com a “burguesia nacional” a ser desenvolvida dentro dos marcos da legalidade. Segundo essa teoria, na realização da tarefa da “revolução democrático-popular” de cunho “antiimperialista e agrário antifeudal”, a burguesia industrial teria um papel progressista a desempenhar, pois teria interesse na remoção dos “atrasos feudais”. A industrialização das atividades econômicas do país era justamente o “elemento progressista” que permitiria a “revolução democrático-burguesa”, de interesse de todo o povo brasileiro.

Essa visão impôs que a tática adotada pelo partido se restringisse aos marcos da legalidade, evitando conflitos mais diretos e radicalizados com os setores dominantes da sociedade. Era hora de fortalecer a política de alianças que daria conta de realizar as tarefas de uma revolução burguesa no Brasil – a Frente Única Nacional. Tratava-se de uma ampla aliança do proletariado urbano com setores que iam desde o campesinato

e a burguesia industrial até “setores antiimperialistas dos latifundiários”. Fortalecer a ação eleitoral dessa frente tornou-se a tarefa primordial do Partido Comunista Brasileiro. A hegemonia do proletariado urbano deveria ser construída paulatinamente, num processo que avançaria à medida que a classe operária forjasse a sua unidade e estabelecesse laços de aliança com camponeses, e defendendo os interesses comuns de todas as forças que participavam da frente única.

No campo, os comunistas também transformaram a tônica de suas atividades. Abandonaram a tática da construção das ligas camponesas e demais movimentos rebeldes e passaram a propor uniões e sindicatos, organizações mais coerentes com a “via pacífica e legal” adotada pelo partido.

Assim, a Declaração elenca as lutas que deveriam ser fortalecidas pelos comunistas, a fim de possibilitar a construção da sua hegemonia. Entre eles, destacam-se o movimento sindical urbano, que teria alcançado numerosas vitórias ao “aprender a utilizar as conquistas da legislação social vigente” e o movimento camponês, cuja mobilização seria indispensável justamente pelo peso dos camponeses na população brasileira, mas que se encontraria em condições de baixíssimo nível de organização, sendo necessário promover uma atuação dentro das formas legais de luta. Somente no caso em que os “inimigos do povo brasileiro” empregassem o uso da violência contra as forças progressistas, seria indispensável ter em vista a possibilidade de uma solução não-pacífica.

Os comunistas optam então por aplicar no campo o modelo de sindicalismo das grandes cidades. A construção dos sindicatos rurais tornou-se uma prioridade para o partido, que moldava suas organizações rurais à imagem e semelhança do movimento operário industrial. Esses sindicatos rurais contavam com uma estrutura organizativa interna que obedecia à mesma lógica dos sindicatos de trabalhadores fabris, reproduzindo no meio rural os mesmos postos de direção, divisão de tarefas e mecanismos de representação. Em muitos casos, até mesmo o calendário de lutas buscava reproduzir as “datas históricas” do movimento operário urbano.

Mesmo decidido e se estabelecer como mediador das reivindicações dos trabalhadores do meio agrícola, o PCB ainda continuava sendo essencialmente um partido urbano, com imensas dificuldades de se radicar nas “massas populares”, inclusive com uma distinção débil entre as condições enfrentadas pelos seus militantes rurais as típicas de sua militância urbana. Com um número muito maior de militantes de origem urbana, era comum que os militantes rurais se encontrassem liderados e chefiados por quadros estranhos à sua realidade.

Uma série de fatores contribuiu para que a atuação do Partido Comunista Brasileiro no meio rural fosse marcada por essa transposição da lógica urbana para as organizações e movimentos sociais do campo com quem procurava se relacionar. A nosso ver, o principal deles é o fato de o comunismo no Brasil ter se forjado com base em um tipo de interpretação marxista da realidade muito apegada à noção de

“progresso” e de “desenvolvimento das forças produtivas” como motor da história. O processo histórico, se mantido devidamente nos trilhos, correria inevitavelmente para o seu desfecho *natural e inevitável* – o socialismo. A nosso ver, a “Declaração” manteve firme essa concepção em suas propostas: a história vivida em etapas previamente estabelecidas, os rígidos princípios que deveriam conduzir todo o desenvolvimento da luta de classes, os modelos totalizantes e eurocêntricos, alheios às especificidades locais continuaram por guiar os passos dos comunistas brasileiros. Foi dado novo fôlego à identificação do meio rural com a idéia de atraso, de permanências arcaicas e feudais. O camponês, o rural e a exploração agrícola são temas subordinados às questões colocadas pelo operariado urbano, devendo o camponês ser entendido como um sustentáculo que permitiria a “vitória da classe operária”, ou seja, como uma espécie de “parte” do projeto geral.

Além disso, acreditamos que os comunistas supervalorizaram as potencialidades emancipadoras do processo de industrialização da economia. O papel de modernização das relações e estruturas sociais atribuído pelo PCB ao estabelecimento do capitalismo no Brasil cumpriria não se verificou. Longe de corrigir as discrepâncias entre os níveis de desenvolvimento existentes nas diversas regiões do país, a modernização da economia brasileira aprofundou o modelo que imprimia uma intensa industrialização em algumas regiões enquanto condenava outras à miséria e à exclusão sistemática das “benesses” do capitalismo. Da mesma forma, o processo de industrialização do campo e a introdução

das relações de produção capitalistas na agricultura não chegaram a ameaçar a existência de uma estrutura fundiária baseada no latifúndio e na monocultura para exportação, atuando antes na manutenção e no aprofundamento desse modelo.

Assim, entendemos que antes de possuir o caráter libertador que lhe atribui a “Declaração”, o progresso do capitalismo no Brasil trouxe consigo a permanência e o aprofundamento de uma série de contradições presentes desde no período colonial. Ao mesmo tempo em que introduziu de forma “incompleta” os móveis de uma sociedade capitalista industrial sem dar conta de remover boa parte dos elementos do “atraso” da sociedade colonial, o progresso trouxe consigo novas contradições, que se sobrepuseram às já existentes, num verdadeiro “amontoado de escombros”.

Retomando as reflexões do filósofo marxista Walter Benjamin, acreditamos que a crítica às doutrinas progressistas poderia contribuir para a desmistificação da ideologia que identifica o progresso da técnica com o progresso da própria humanidade, atribuindo à história uma temporalidade linear, homogênea e vazia. Em suas palavras:

Tese X: (...) Num instante em que os políticos em quem os adversários do fascismo tinham colocado as suas esperanças jazem por terra e reforçam sua derrota com a traição à própria causa, esse curso de pensamento se propõe a desvencilhar os filhos políticos deste século dos liames com que os políticos os tinham enredado. Partimos da consideração de que a crença obstinada desses políticos no progresso, sua confiança em sua ‘base de massa’ e, finalmente, sua submissão servil a um aparelho incontrolável, foram três aspectos de uma única e mesma coisa. Essa consideração procura dar uma idéia do quanto custa a nosso pensamento habitual elaborar uma concepção da história que evite

toda e qualquer cumplicidade com aquela a que esses interesses políticos continuam a se apegar. (BENJAMIN Apud LÖWY, 2005, p. 96)

Dessa forma, entendemos que a crítica às contradições e insuficiências frequentemente atribuídas à “Declaração de Março de 1958” devem ser articuladas a uma crítica profunda da concepção de progresso irresistível e de temporalidade histórica linear e etapista que permeia, além da “Declaração”, uma boa parte de outras elaborações da esquerda brasileira.

Referências

LAGOA, Maria Izabel. *O Programa Político do Partido dos Trabalhadores no Contexto de uma Esquerda em Crise*. Dissertação de mestrado apresentada para o exame de defesa do curso de pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista UNESP. Marília, 2004.

LÖWY, Michael. “A dialética marxista do progresso”. In. BENSÁID, Daniel e LÖWY, Michael. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo: Editora Xamã, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REIS, Daniel Aarão. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In. RIDENTI, Marcelo e FILHO, Daniel Aarão Reis (orgs). *História do marxismo no Brasil*. vol. V. Campinas, Editora da UNICAMP, 2002.

SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz - comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba, Rosa de Bassi editora, 2006.

* * *